



GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):

Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas

Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização

Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

Sonhei que eles voltavam pra tirar a gente daqui: grilagem e territórios tradicionalmente ocupados na Terra do Meio, Pará

Autoria: Natalia Ribas Guerrero (USP - Universidade de São Paulo)

A frase do título, enunciada por uma mulher beiradeira do Xingu, é reveladora de diversos processos implicados na criação do chamado mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio, no Pará. Pleiteado na década de 1990 por uma frente ampla que reunia movimentos sociais da Transamazônica em aliança com ambientalistas e outros segmentos, o mosaico compunha uma pauta voltada à defesa de direitos territoriais e ao combate às atividades predatórias que avançavam sobre a região. Nas décadas que se seguiram, foi reconhecida uma série de terras indígenas e criado um conjunto de unidades de conservação ambiental (UC), de categorias diversas. Se parte destas últimas resultou em algum tipo de reconhecimento da ocupação tradicional de famílias beiradeiras da região, na forma de Reservas Extrativistas (Resex), outras, de categoria



restritiva, terminaram por se sobrepor a uma porção significativa desse território, ensejando um conflito que perdura, e que tenho como objeto de tese de doutoramento em curso. São inúmeras as violações de direitos relatadas pelas famílias como decorrência da criação, em 2005, das UCs de proteção integral ? o Parque Nacional da Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio. Há, ao mesmo tempo, um reconhecimento difundido entre o grupo beiradeiro de que a intervenção do Estado teve um papel fundamental para deter um avanço cujo desenrolar resultaria, em pouco tempo, na completa devastação do território tradicional. Tendo isso em mente, gostaria de focar neste work um aspecto mais recente desse quadro, constituído pelas dinâmicas regionais e suprarregionais desencadeadas com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Tais dinâmicas, expressas no recrudescimento da grilagem e do saqueio de terras indígenas e unidades de conservação na região, estão assentadas em uma série de elementos ? de projetos de lei a medidas provisórias, passando pela flexibilização e desmonte das políticas ambientais e indigenistas. Proponho, dessa forma, esboçar uma reflexão que conecte o histórico e possíveis rumos do conflito que envolve a Terra do Meio, por meio da identificação e análise dos projetos e políticas recentes que incidem na área, bem como works etnográficos realizados junto às famílias que ocupam a região. Com isso, espero não só situar historicamente as ameaças que despontam aos territórios tradicionalmente ocupados, mas também indicar os caminhos pelos quais as famílias elaboram e constroem suas condições de permanência no beiradão.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: